

Inclusão digital e a Assistência Estudantil da UFSM sobre a ótica dos estudantes

Digital inclusion and UFSM Student Assistance on the optics of students

Adauton Ezequiel Müller
Andréa Forgiarini Cecchin
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
Santa Maria-Brasil
Vanessa dos Santos Nogueira
Faculdade SOBRESP
Santa Maria-Brasil

Resumo

Este artigo discute a relação entre inclusão digital e assistência estudantil ao apresentar os resultados de um estudo vinculado ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPPG) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A fim de responder a seguinte pergunta “qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?”, explora-se a categoria “As ações de inclusão digital: sua importância para a permanência dos estudantes e sua contribuição para os objetivos do PNAES”. Conclui-se que tais ações influenciam a permanência dos estudantes, sobretudo aos ingressantes por cotas, visto que proporciona acesso a equipamentos digitais e a dados de internet que viabilizam a pesquisa, o acesso às aulas e aos conteúdos, melhorando assim as condições de aprendizagem.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Permanência; Inclusão digital.

Abstract

This article discusses digital inclusion and student assistance, presenting the results of a study linked to the Post-Graduation Program Bachelor in Public Policy and Educational Management at UFSM. It explores the category “Digital inclusion actions: their importance for the permanence of students and their contribution to the objectives of PNAES” What is the importance of digital inclusion actions related to the institutional policy of Student Assistance for the permanence of students in UFSM? It is concluded that these actions influence the permanence of students, especially those entering by quotas, providing access to equipment and internet data, which, in turn, enable research, access to classes and content, and improving learning conditions.

Keywords: Student Assistance; Permanence; Digital inclusion.

1. Introdução

Desde a publicação do Decreto nº 7.234, em 19 de julho de 2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem desempenhado um papel fundamental na promoção da inclusão digital dos estudantes na educação superior. Este programa, essencial para a permanência estudantil, visa reduzir as desigualdades sociais e regionais, proporcionando melhores condições de permanência nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), especialmente para aqueles que ingressaram por meio das ações afirmativas. Apesar da importância e dos objetivos claros do PNAES, muitas instituições de ensino ainda enfrentam desafios significativos para tornar essas iniciativas uma realidade efetiva.

As políticas públicas para inclusão digital de estudantes somente encontraram visibilidade efetiva a partir das transformações enfrentadas pelas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) durante a emergência sanitária de 2020, relacionada à pandemia da COVID-19, momento em que todos os sistemas de ensino, desde a rede básica até à Educação universitária, foram transpostos de modo transitório e emergencial para a modalidade de aulas *on-line*, obrigando estudantes e professores à interação por meio de ferramentas tecnológicas.

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) é reconhecida por sua trajetória de investimentos em ações de assistência Estudantil (AE) e tem o seu programa assistencial, o Programa de Benefício Socioeconômico (BSE), já firmemente consolidado. Através desse auxílio, que os estudantes podem aderir por meio de edital específico, são garantidas gratuidade ou descontos na alimentação através do Restaurante Universitário, auxílio transporte, moradia estudantil (casa do estudante universitário, CEU), auxílio creche para a educação infantil das crianças filhas dos residentes da CEU, aquisição de material pedagógico, entre outras formas de suporte durante dois anos a mais que o tempo de duração usual do curso em que estão matriculados.

Diante do exposto, o presente artigo apresenta um recorte de uma dissertação de mestrado realizada na UFSM entre os anos de 2020 e 2022, que teve como base um estudo qualitativo envolvendo estudantes beneficiários pelo Programa de Assistência Estudantil, o BSE, gestores deste programa e Técnicos Administrativos em Educação (TAEs) envolvidos na implementação de auxílios para inclusão digital dos estudantes atendidos pela política institucional de AE.

O estudo que origina o recorte vincula-se ao Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Mestrado Profissional, ligado ao Centro de Educação da UFSM e ao Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade – INTERFACES/CNPqⁱ. Cumprindo os preceitos éticos, adotou-se a utilização do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e submeteu-se o estudo ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), tendo sido aprovado pelo Parecer Consubstanciado nº 5.271.612, em 3 de março de 2022.

Metodologicamente, este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso, que foi desenvolvido a partir de revisão de literatura, análise documental, aplicação de questionário *on-line* e entrevistas semiestruturadas. Os dados produzidos foram analisados por meio da Análise Textual Discursiva (ATD) na perspectiva dos autores Moraes e Galiazzi (2016).

Este artigo, portanto, propõe uma reflexão sobre a AE e sobre as ações para inclusão digital ao apresentar a percepção dos estudantes beneficiários da política de AE da UFSM sobre os auxílios que foram implementados a partir de uma das categorias resultantes da pesquisa realizado no mestrado intitulada “As ações de inclusão digital: sua importância para a permanência dos estudantes e sua contribuição para os objetivos do PNAES”. Com isso, busca-se responder a seguinte questão de pesquisa: Qual a importância das ações de inclusão digital relacionadas à política institucional da Assistência Estudantil para a permanência dos estudantes na UFSM?

2. Assistência Estudantil e inclusão digital

As ações de AE implementadas no contexto da educação superior com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal têm assumido um papel central para a garantia do direito à educação. Para tal:

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. (Brasil, 2010).

No entanto, apesar de elas estarem previstas no PNAES, as IFES possuem autonomia para ofertar, estruturar e desenvolver as ações de acordo com as suas demandas e realidades institucionais. Assim, a partir do PNAES, os estudantes podem ser atendidos com:

I – Moradia estudantil; II – alimentação; III - transporte; V - atenção à saúde; V- inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X-

Inclusão digital e a Assistência Estudantil da UFSM sobre a ótica dos estudantes

acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (Brasil, 2010).

Na UFSM, algumas dessas ações são materializadas pelo Programa BSE. Instituído pela Resolução nº 35/2015, esse programa:

[...] consiste em um conjunto de ações de assistência estudantil desenvolvidas pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) [e oportuniza aos estudantes] I - Alimentação; II - Transporte; III - Moradia Estudantil; IV - Educação Infantil; e, V - Aquisição de Material Pedagógico. (UFSM, 2015, p. 1).

Apesar da UFSM, desde a sua fundação, ser reconhecida pela oferta e pelo investimento em ações de assistência estudantil, ainda antes da implementação do PNAES, as ações especificamente voltadas à inclusão digital, que são o foco deste estudo, não eram executadas pela instituição. A partir da emergência sanitária globalmente enfrentada com a pandemia da COVID-19, não diferentemente do que ocorreu nas demais IFES do país, os estudantes expressaram a necessidade de ações que garantissem o auxílio para inclusão digital.

Discutir a inclusão digital no campo da Educação é um tema complexo e abrangente que conduz inevitavelmente a uma reflexão acerca do potencial das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TDICs) para o aprendizado dos cidadãos e por meio dele como elemento para a inclusão social. Compreender e problematizar esse termo assume importância crucial no contexto contemporâneo, uma vez que a inclusão digital se constitui como uma das pautas das políticas públicas e como objeto de ação das mais diferentes instituições (Bonilla; Oliveira, 2011), dentre elas, no contexto da educação, as universidades.

Na sociedade contemporânea, a comunicação se constitui como um direito humano básico, o qual se torna efetivo através das TDICs (Bonilla; Oliveira, 2011). Desse modo, “[...] o direito ao acesso às TIC e a liberdade de expressão e interação em rede passam, efetivamente, a compor o contexto da constituição da cidadania contemporânea” (Bonilla; Oliveira, 2011, p. 33).

No âmbito da educação brasileira, o que se vislumbra para a inclusão digital é evidentemente resultado das transformações nas áreas das TDICs que podem ser observadas mais intensamente desde o final do século XX (Neves, 2019). Nesse cenário, assenta-se uma nova estruturação da sociedade alicerçada na utilização das TDICs, a partir da modificação das atividades humanas e da intensificação de complexas redes, o que impacta diretamente nas formas de relacionamento interpessoal, na produção, no consumo e, conseqüentemente,

nas relações de trabalho e estudo. Dessa forma, organiza-se um movimento fluido, determinado pelas intencionalidades colaborativas e pelas trocas de informações constantes (Neves, 2019). Essas transformações podem ser percebidas também nas universidades.

A pesquisa de Pischetola (2016, p. 9) contribui para a indicação de alguns elementos essenciais para a inclusão digital dos sujeitos:

[...] o acesso significativo à informação, o desenvolvimento de capacidades para a seleção e o uso dos recursos postos à disposição pela tecnologia, o acesso à rede digital enquanto possibilidade de intercambiar opiniões e informações, aprofundar temas de interesse, conhecer os eventos mundiais e participar da vida política.

Na perspectiva adotada neste trabalho, entende-se que a inclusão digital dos estudantes depende de que os estudantes se apropriem desses elementos essenciais, sendo isso algo imprescindível para a concretização do processo educacional a partir do contexto do ensino e da pesquisa que, juntamente com a extensão, são as razões do existir da universidade. Os estudantes precisam alcançar determinados níveis de conhecimento de modo a viabilizar a utilização crítica das TDICs para o aprendizado. Além disso, os discentes precisam reunir as condições materiais para o acesso aos equipamentos/recursos tecnológicos e para o acesso às redes informacionais.

3. Reflexões acerca da inclusão digital sob a ótica dos estudantes

Ao analisar-se o contexto da UFSM em relação à oferta de ações para a inclusão digital dos estudantes, foi possível realizar uma aproximação com a realidade dos estudantes atendidos pela política de AE e identificar as suas principais dificuldades. Nessa aproximação, a partir das falas desses estudantes, foi possível identificar a existência de grupos vulnerabilizados, nos quais, sem o auxílio da instituição, não seria possível a aquisição de equipamentos e de pacote de dados de internet para a participação no Regime de Exercícios Domiciliares (REDE)ⁱⁱ.

Dentre as dificuldades mencionadas pelos participantes do estudo, observou-se: 1) falta de recursos financeiros; 2) altos custos praticados pelo mercado para os planos de internet e para os equipamentos eletrônicos; 3) relação custo elevado *versus* qualidade, no que se refere aos recursos (equipamentos e pacotes de dados) necessários, considerando-se o tipo de plataformas indispensáveis ao desenvolvimento das atividades do curso e, conseqüentemente, para a permanência na instituição; 4) o fato de, muitas vezes, terem que se manter somente com os valores obtidos a partir de outros auxílios (bolsa) oportunizados pela PRAE (Müller, 2022).

Inclusão digital e a Assistência Estudantil da UFSM sobre a ótica dos estudantes

A partir disso, identificou-se que a questão relacionada aos recursos financeiros dos estudantes é um fator relevante em relação à permanência. Assim, acredita-se que as medidas adotadas pela instituição foram imprescindíveis para minimizar as dificuldades desses discentes, possibilitando condições mínimas para o acesso aos recursos necessários para a inclusão digital.

No que se refere a uma análise mais geral acerca da política institucional de AE e das ações voltadas à inclusão digital, observou-se que, apesar de estarem previstas no rol de ações a serem oportunizadas a partir do PNAES, elas não eram desenvolvidas até aquele momento. O que foi possível verificar é que essas ações foram diretamente associadas ao novo contexto enfrentado a partir da pandemia e das dificuldades que se tornaram visíveis, concretizando-se por meio da implementação de sistemas remotos de ensino para a continuidade das atividades na educação superior.

Na UFSM, entre os anos de 2020 e 2022, durante o estabelecimento do REDE (Universidade Federal de Santa Maria, 2020b), foram sistematizadas pela instituição duas modalidades de auxílio inclusão digital para os estudantes: o auxílio inclusão digital para aquisição de equipamentos e o auxílio inclusão digital para aquisição de planos de internet (Müller, 2022).

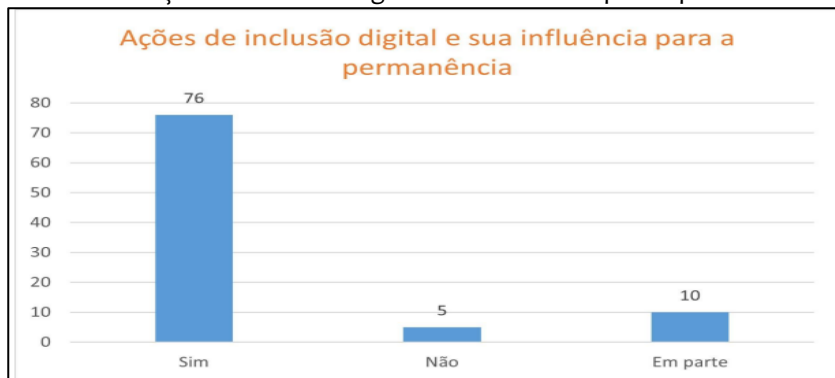
O auxílio à inclusão digital para aquisição de planos de internet foi instituído para viabilizar recursos financeiros para compra de planos de internet ou dados móveis, também indicado para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Universidade Federal de Santa Maria, 2020a). Já o auxílio à inclusão digital para aquisição de equipamentos foi estruturado com o objetivo de proporcionar aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica estratégias de acesso a equipamentos para inclusão digital, necessários para realização das atividades acadêmico-científicas em REDE (Universidade Federal de Santa Maria, 2021).

Em relação aos auxílios oportunizados pela UFSM, de um modo geral, observou-se que os estudantes que participaram da pesquisa conseguiram identificar as ações implementadas no contexto pandêmico, propiciadas pela instituição em termos de auxílios para a inclusão digital, e compreenderam a sua importância para a permanência no ensino remoto emergencial adotado pela universidade.

Durante a aplicação de questionário *on-line*, foi perguntado aos estudantes sobre qual seria a influência desses auxílios para sua permanência na instituição e obteve-se a

informação de que, para um significativo número de estudantes, as ações implementadas pela UFSM foram importantes, influenciando na permanência desses jovens em seus cursos. Uma síntese desse resultado pode ser observada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Ações de inclusão digital e sua influência para a permanência



Fonte: Müller, 2022.

Os dados do Gráfico 1 revelam que para 76 dos 91 estudantes participantes do estudo, as ações oportunizadas pela PRAE para a inclusão digital dos estudantes influenciaram na sua permanência na UFSM. Um segundo grupo, com o total de 10 estudantes, respondeu à pesquisa manifestando acreditar que as ações interferiram em parte na sua permanência na instituição. Somente 5 estudantes julgaram que as ações não interferiram na sua permanência. Desse modo, somando-se o percentual de estudantes que julgaram influenciar com os que perceberam a sua importância em parte, têm-se o total de 86 estudantes para os quais os auxílios que foram possibilitados para aquisição de plano de internet ou dados móveis e aquisição de equipamentos repercutiram direta e positivamente na sua permanência na universidade.

Com base na percepção dos estudantes atendidos por essas ações, é possível afirmar que os recursos que foram oportunizados pela UFSM para favorecer o acesso às condições materiais necessárias para a garantia de uma inclusão digital (aquisição de equipamento e planos de internet) contribuiu para viabilizar a permanência dos estudantes em seus cursos e na instituição (Müller, 2022).

Um outro aspecto destacado pelos respondentes ao questionário *on-line* e que demonstra a sua percepção sobre a importância dos auxílios são as falas sobre a relevância dessas iniciativas, principalmente para o público que ingressa nas IFES a partir das cotas para estudantes de baixa renda, conforme previsto na Lei nº 12.711/2012ⁱⁱⁱ. Na UFSM, esse público ingressa pelas denominadas cotas L1: destinada aos alunos que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, com renda bruta familiar por pessoa igual

Inclusão digital e a Assistência Estudantil da UFSM sobre a ótica dos estudantes

ou inferior a 1,5 salário-mínimo; L2: que além dos itens descritos em L1 sejam autodeclarados pessoa preta, parda ou indígena; L9: Pessoa com deficiência (que se enquadre no Decreto Federal nº 3.298, de 20/12/1999 e na Recomendação nº 03 de 01/12/2012) que apresente necessidade educacional especial e que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, com renda bruta familiar por pessoa igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo; e L10 – com os mesmos descritivos de L9, com a condição de que os alunos sejam autodeclarados pessoa preta, parda ou indígena (UFSM, 2022).

No Quadro 1, destacam-se algumas falas que demonstram essa assertiva:

Quadro 1 - Falas sobre a importância dos auxílios inclusão digital

Argumentos sobre a importância	Sujeitos da pesquisa
<i>“Elas são de fundamental importância para garantir a permanência dos estudantes na universidade”.</i>	Estudante 63
<i>“Pois o auxílio digital oportunizou que alunos de baixa renda pudessem comprar materiais necessários para o acompanhamento das aulas”.</i>	Estudante 30
<i>“Acredito que o auxílio promove a chance de alunos que não possuem recursos, adquirir equipamentos, dados móveis, dentre outros, possibilitando uma melhoria em seu ensino”.</i>	Estudante 86
<i>“Eu não possuía nenhum outro recurso além do celular para assistir as aulas e realizar as tarefas, isso acaba desmotivando a continuar estudando, tendo em vista que não atendia minhas necessidades. Com o auxílio consegui comprar um tablet para assim melhorar um pouco a qualidade de meus estudos e permanecer estudando”.</i>	Estudante 2
<i>“É necessário possuir equipamentos para complementar as pesquisas e desenvolvimentos de trabalhos durante o período sem acesso aos equipamentos da universidade ou nos períodos em casa”.</i>	Estudante 58
<i>“As ações auxiliam os alunos a dar prosseguimento nos estudos”.</i>	Estudante 79

Fonte: Adaptado de Müller, 2022.

A partir da análise do Quadro 1, é possível observar que para esses estudantes os auxílios inclusão digital foram de fundamental importância, já que eles favoreceram o acesso às condições materiais para a aquisição de equipamentos e planos de internet ou pacote de dados. Isso lhes permitiu o acompanhamento das aulas, principalmente no período em que essas estiveram centralizadas na interação colaborativa a partir do uso das tecnologias, na modalidade remota, ou seja, durante o REDE-UFSM (Müller, 2022).

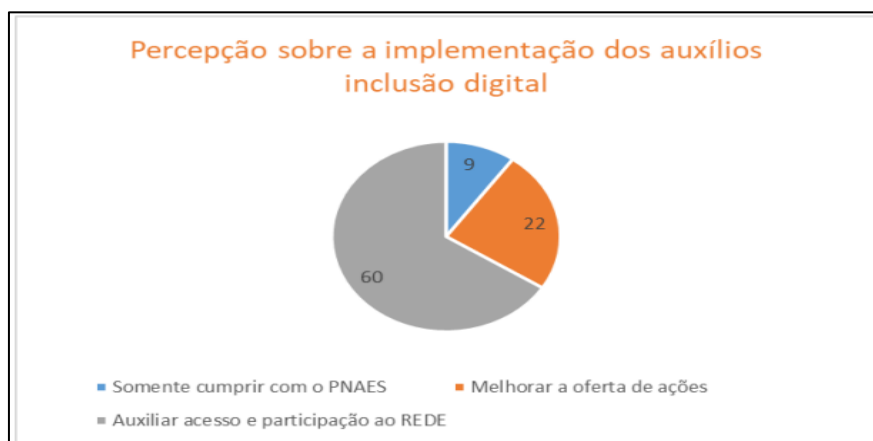
Ademais, muitos estudantes dispunham somente de seu dispositivo móvel, ou ainda, muitas vezes, utilizavam equipamentos compartilhados, conforme destacado no Quadro 1, algo já verificado em estudos anteriores, como apontam os dados da V Pesquisa Nacional de

Perfil Socioeconômico e Cultural dos graduandos das IFES, realizada em 2018. Esse estudo indicou que “[...] a maioria dos jovens de níveis mais baixos de renda acessa a rede mundial de computadores por aparelhos celulares” (Andifes, 2019, p. 142). Além disso, conforme o indicado por essa pesquisa, 12,7% do total dos pesquisados não tinham nenhum computador em casa e que 55,7% dos estudantes que não dispunham de computador em casa costumavam acessar mídias eletrônicas por meio de aparelhos celulares como fonte de informação (Andifes, 2019).

Para esses estudantes, a oferta das ações de inclusão digital que foram sistematizadas pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSM se constituiu como uma oportunidade para modificar a sua situação e qualificar o seu potencial para os estudos e para a pesquisa. Destaca-se que essas atividades, constituintes da formação no nível superior de ensino, não acabaram com o término do REDE-UFSM e o retorno das atividades presenciais na instituição. Assim sendo, os auxílios inclusão digital assumem importância em um contexto mais amplo e duradouro da vida acadêmica dos estudantes, impactando sua trajetória da continuidade de seus cursos até a sua conclusão.

Ainda, a fim de compreender como os estudantes mensuravam o contexto institucional da implementação dos auxílios, foi formalizada outra pergunta no questionário com as seguintes opções: 1. Os auxílios foram pensados somente para cumprir com o que está previsto no PNAES, no que diz respeito à inclusão digital; 2. Foram organizados para melhorar as condições de oferta de ações de inclusão digital pela PRAE/UFSM; 3. Para auxiliar os estudantes nas demandas de acesso e participação ao REDE durante a suspensão das aulas presenciais (Müller, 2022). Essa percepção dos estudantes quanto à implementação das ações foi exposta no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Percepção dos estudantes sobre a implementação dos auxílios inclusão digital



Fonte: Müller, 2022.

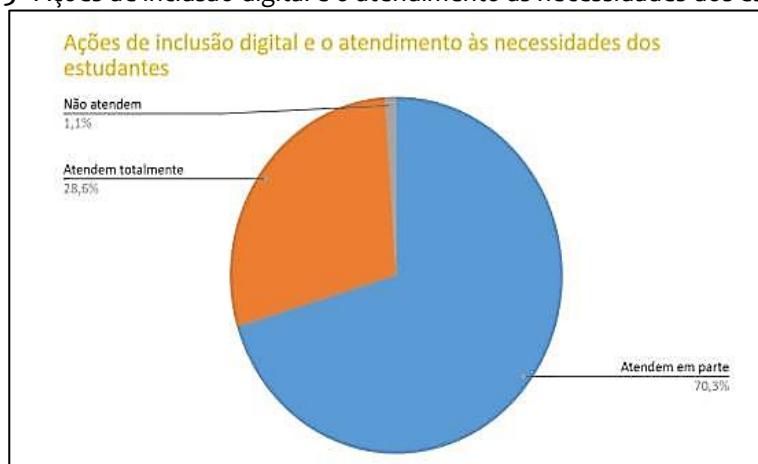
Inclusão digital e a Assistência Estudantil da UFSM sobre a ótica dos estudantes

Na análise do Gráfico 2, verifica-se que os estudantes percebem que as ações de inclusão digital que foram implementadas pela UFSM estiveram relacionadas ao contexto mais específico de possibilitar acesso e participação ao REDE durante o período em que houve a suspensão das aulas presenciais. Do total de 91 estudantes, 60 deles sinalizaram essa opção. Um segundo grupo composto por 22 estudantes indicou que as ações foram organizadas simplesmente para melhorar as condições da AE a partir da oferta de ações de inclusão digital pela PRAE/UFSM. Somente 9 estudantes acreditam que a instituição adotou as medidas com o simples objetivo de cumprir com o que está previsto no PNAES.

Dessa maneira, pode-se afirmar que os estudantes compreenderam a natureza da implementação dos auxílios e as relacionaram com as dificuldades enfrentadas em virtude da emergência sanitária do Coronavírus e com a consequente implementação de sistemas remotos de ensino. Durante esse período, a necessidade de implementação de políticas públicas para a inclusão digital foi evidenciada e, do mesmo modo, a partir dela, a contribuição da instituição para a permanência dos estudantes na universidade (Müller, 2022).

Outro aspecto analisado pelo estudo foi o alcance das ações em relação ao atendimento das necessidades dos estudantes. Nesse sentido, a partir de suas percepções, os estudantes poderiam responder entre as opções: as ações atendem em parte às necessidades dos estudantes; as ações atendem totalmente às necessidades dos estudantes; ou ainda, as ações não atendem às necessidades dos estudantes (Müller, 2022). No Gráfico 3, apresentam-se os resultados obtidos com a questão:

Gráfico 3 - Ações de inclusão digital e o atendimento às necessidades dos estudantes



Fonte: Müller, 2022.

Ao analisar-se o Gráfico 3, identifica-se que a maior parte dos estudantes acredita que as ações de inclusão digital oportunizadas pela PRAE/UFSM atendem em parte às suas

necessidades; o grupo que percebeu a oferta de ações desse modo totalizou 70,3%. Outro grupo, composto por 28,6%, acredita que as ações atendem totalmente às suas necessidades. Somente 1,1% pensa que as ações não atendem às necessidades dos estudantes (Müller, 2022).

A partir das falas dos alunos, principalmente dos que compõem o grupo que pensa que as ações atendem somente em parte às suas necessidades, há uma insatisfação em relação aos valores que são disponibilizados. Observa-se um tensionamento sobre a necessidade de ampliação dos valores dos auxílios inclusão digital. Para esses estudantes, o recurso viabilizado pela PRAE/UFSM não alcança os preços praticados no mercado, tanto para equipamentos quanto para os pacotes de internet, principalmente no que diz respeito à aquisição de pacotes que possibilitem uma internet de qualidade (Müller, 2022). No Quadro 2, apresentam-se os excertos das falas dos estudantes que evidenciaram o que se pode afirmar sobre os valores concedidos pela UFSM para os auxílios inclusão digital.

Quadro 2 - Falas sobre os auxílios inclusão digital

Fala dos estudantes	Sujeitos da pesquisa
<i>“Muitas vezes não conseguia adotar um pacote de internet por não ter recurso financeiro o suficiente”.</i>	Estudante 02
<i>“Os valores de um plano de internet ainda são muito caros. Por isso a necessidade da inclusão digital”.</i>	Estudante 05
<i>“Sim, me mantenho na CEU com minha bolsa de 400 reais, é difícil comprar pacotes”.</i>	Estudante 13
<i>“O valor para adquirir internet de qualidade que dê condições de utilizar plataformas de ensino, são caros, sem esse recurso da PRAE não poderei ter acesso, a não ser que utilize a rede wi-fi do campus”.</i>	Estudante 16
<i>“Não tenho dinheiro para conseguir um plano, ainda mais com os valores”.</i>	Estudante 21
<i>“Diante dos altos custos de dados móveis em relação a qualidade dos mesmos fica inviável para mim arcar com todo o custo deste serviço”.</i>	Estudante 27
<i>“O valor que o auxílio oferta, sozinho, não cobre um plano mínimo”.</i>	Estudante 29
<i>“Financeiramente é inviável adquirir um pacote de dados móveis sem um auxílio”.</i>	Estudante 35

Fonte: Adaptado de Müller, 2022.

Ao analisar o Quadro 2, é possível perceber que os estudantes demonstram insatisfação acerca dos valores dos auxílios, evidenciando a importância de uma análise mais aprofundada por parte da PRAE/UFSM em relação aos recursos concedidos para uma possível ampliação desses valores. Demonstram ainda a importância que as ações de inclusão digital

assumem para os estudantes na composição de seus recursos para a sua permanência na instituição.

Diante disso, a partir do que os estudantes trouxeram, entende-se que as ações de inclusão digital organizadas na UFSM foram importantes no sentido de complementar os recursos que os estudantes possuíam para aquisição de equipamentos e pacotes de dados de internet. Observou-se que, diante da fragilidade dos estudantes em relação às suas condições socioeconômicas, elas foram imprescindíveis para a permanência em seus cursos.

Desse modo, sugere-se que iniciativas voltadas à inclusão digital são mais que necessárias, indo além do contexto analisado, em que os sistemas de ensino estavam transpostos para a aulas *on-line*. As ações de inclusão digital são relevantes no contexto da educação superior como um todo, sobretudo a partir da percepção de que houve um avanço na utilização das TDICs como metodologia educacional e que, na atualidade, elas têm sido adotadas pelo seu contributo para as condições necessárias e adequadas para ensino, pesquisa e extensão nas universidades.

4. Considerações finais

Em conclusão, verifica-se que as ações de inclusão digital oportunizadas pela AE da UFSM influenciam na permanência dos estudantes na medida em que propiciam a obtenção de recursos (equipamentos e dados de internet), possibilitando o acesso às aulas, aos conteúdos, ao Moodle UFSM e, com isso, a melhoria das condições de aprendizagem. Na percepção dos estudantes atendidos, o que foi proporcionado pela UFSM esteve organizado especificamente ao contexto relacionado ao REDE e, a partir dele, à transposição das atividades acadêmicas para o sistema emergencial de ensino na modalidade remota.

Entretanto, é importante destacar que a oferta das ações de inclusão digital que foram sistematizadas pelo Programa de Assistência Estudantil da UFSM se constituíram em uma oportunidade para modificar de modo significativo a situação dos estudantes, qualificando-os a partir do acesso aos equipamentos e aos planos de internet o seu potencial para os estudos e a pesquisa. Em face de que as atividades de ensino e pesquisa são estruturais na formação no nível superior de ensino, torna-se imprescindível que a instituição mantenha a oferta de ações para a inclusão digital de seus estudantes, especialmente após os resultados deste estudo em que, segundo os participantes, tais ações foram fundamentais para garantir as condições de permanência na universidade, sobretudo aos ingressantes pelas cotas. Nesse sentido, em virtude de sua contribuição com o papel social da UFSM, com a inclusão social e

pela sua colaboração para a garantia do direito à educação, entende-se que essas ações deveriam ser institucionalizadas.

Referências

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as)**

Graduandos(as) das IFES - 2018. Brasília: ANDIFES, 2019. Disponível em:

<https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 28 set. 2023.

BONILLA, Maria Helena Silveira; OLIVEIRA, Paulo Cezar Souza de. Inclusão digital: ambiguidades em curso. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (orgs.). **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2, p. 23-48.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 20 jul. 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 12 out. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil - Lattes. **INTERFACES - Grupo de Estudos em Educação, Tecnologias e Sociedade**. Santa Maria, 2023. Disponível em: <https://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/27146>. Acesso em: 16 nov. 2023.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. 3. ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2016.

MÜLLER, Adauton Ezequiel. **Assistência estudantil e inclusão digital: da implementação à institucionalização de ações na UFSM**. 2022. 225p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2022.

Disponível em:

https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/27598/DIS_PPGPPGE_2022_MULLER_ADAUTON.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 16 nov. 2023.

NEVES, Barbara Coelho. **Inclusão digital na educação: ciborgues, hackers e políticas públicas**. Curitiba: CRV, 2019.

PISCHETOLA, Magda. **Inclusão digital e educação: a nova cultura da sala de aula**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE nº 027, de 16 de junho de 2020**. Edital de acesso aos recursos financeiros para aquisição de plano de internet ou de dados móveis indicado para as atividades acadêmico-científicas em Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE). Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos

Estudantis, 2020a. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/editais/027-2020>. Acesso em: 20 ago. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Edital de Auxílio Inclusão Digital PRAE n° 035, de 28 de setembro de 2021.** Edital de acesso à equipamentos para inclusão digital para as atividades acadêmico-científicas em REDE (Regime de Exercícios Domiciliares Especiais). Santa Maria: Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prae/editais/035-2021>. Acesso em: 04 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Guia SISU na UFSM:** informações que auxiliam você a ingressar na Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria: Pró-Reitoria de Graduação, 2022. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/501/2022/02/Guia-SISU-na-UFSM.pdf>. Acesso em: 22 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução n° 024, de 11 de agosto de 2020.** Regula o Regime de Exercícios Domiciliares Especiais (REDE) e outras disposições afins, durante a Suspensão das Atividades Acadêmicas Presenciais em face da Pandemia da COVID-19. Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2020b. Disponível em: <https://portal.ufsm.br/documentos/download.html?action=arquivoIndexado&download=false&id=265269>. Acesso em: 14 out. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Resolução n° 035, de 08 de dezembro de 2015. Regulamenta o Programa de Benefício Socioeconômico no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria, e revoga a Resolução n. 005/08.** Santa Maria: Gabinete do Reitor, 2015. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/347/2018/03/1.pdf>. Acesso em: 28 out. 2023.

Notas

ⁱ Este grupo reúne pesquisadores da área da Educação com o propósito de desenvolver estudos acerca da Educação, do uso das tecnologias e de suas implicações para a sociedade brasileira (CNPQ, 2023).

ⁱⁱ Regulamentado na UFSM pela Resolução n° 024/2020, o REDE estabeleceu o ensino remoto durante a suspensão das atividades acadêmicas presenciais em face da pandemia da COVID-19 (UFSM, 2020b).

ⁱⁱⁱ A UFSM segue a Lei n° 12.711/2012, que indica que 50% das vagas devem ser destinadas a estudantes que cursaram integralmente o Ensino Médio em escolas públicas (UFSM, 2022).

Sobre os autores

Adauton Ezequiel Müller

Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Assistente Social da Universidade Federal de Santa Maria, integrante do INTERFACES/CNPq, e-mail: adauton.muller@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3225-4529>

Andréa Forgiarini Cecchin

Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/RS), Professora Titular da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), líder do INTERFACES/CNPq. E-mail: andrea.cecchin@ufsm.br Orcid:<https://orcid.org/0000-0001-6945-9731>

Vanessa dos Santos Nogueira

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Professora da Faculdade SOBRESP, vice-líder do INTERFACES/CNPq, e-mail: vanessa.nogueira@ufsm.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5070-3607>

Recebido em: 25/01/2024

Aceito para publicação em: 01/06/2024